



PSD p.2

Comemorações
do 40.º aniversário
do 25 de Abril de 1974



EUROPEIAS p.6

Rangel dirige um desafio
ao candidato do PS:
"Apareça nos debates"

Povo Livre



nº 1827

30 de Abril de 2014

Director: Miguel Santos

Periodicidade Semanal - Registo na ERC

nº 105690 - Propriedade: PSD



Momento de luto para a cultura portuguesa

Vasco Graça Moura (1942-2014)

Comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril de 1974



Passou no dia 25, o 40 aniversário do levantamento concertado de várias unidades militares, do qual resultaria a queda do regime autoritário de Salazar/Caetano e da reimplantação de um regime de liberdade, pautado pelo sufrágio universal, pela igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, do direito à livre expressão, a abolição da censura prévia, em resumo, pela instituição do estado livre e democrático que, passados 40 anos, se consolidou e se plasmou na Constituição, com algumas emendas feitas na altura constitucional próprias.

Aniversário sempre a comemorar, este ano, mais uma vez, as cerimónias revestiram-se grande dignidade, com uma sessão solene na Assembleia da República, ante o Presidente Cavaco Silva; a segunda figura do Estado (a presidente da Assembleia), embaixadores, altos dignatários, personalidades de maior destaque na vida portuguesa, antigos deputados, etc.-

Sucederam-se os discursos laudatórios, as “recordações” do antigamente”, a censura, os campos como o Tarrafal, a PIDE...

Cada Partido expôs a sua opinião sobre o momento presente e apesar da data e das comemorações, os partidos de esquerda e extrema-esquerda não se coibiram de efectuar violentos ataques ao Governo e à política que está a ser seguida, apesar desta ter apresentado suficientes sinais de que a violenta crise que nos atingiu, está quase dominada e a recuperação de Portugal deve iniciar-se em breve.

Pelo nosso PSD, falou o Presidente do Grupo Parlamentar, o deputado Luís Montenegro, que afirmou, apos os cumprimentos da praxe às entidades presentes:

Uma esperança nova e uma ambição dum povo inteiro que haveria de se expressar na vida de todos

Abril é futuro!

Há 40 anos irradiou uma esperança nova, uma ambição de justiça, de liberdade, de democracia e de progresso. Uma esperança nova e uma ambição carregadas de sonho, de utopia e de afirmação da Nação.

Uma esperança nova e uma ambição dum povo inteiro que haveria de se expressar na vida de todos e de cada um dos seus membros.

Uma esperança nova e uma ambição de cada pessoa, cada português, ter uma oportunidade de realizar o seu projecto de vida, a sua intervenção cívica, a sua formação e sua opção.

Essa esperança e essa ambição, em condição de li com menos oportunidades e com menos liberdade sofremos todos mas sofrem sobretudo os mais vulneráveis.

A injustiça não dimana do processo de ajustamento ou recuperação. A injustiça radica na circunstância de termos sido obrigados a pedir um resgate externo.

Por essa razão poupámos o esforço aos portugueses que têm rendimentos mais baixos.

Por essa razão implementámos o Programa de Emergência Social e apoiamos a rede de solidariedade que existe e que está no terreno.

Porque todos sabemos: qualquer crise atinge sempre mais, os mais frágeis!

Nós Portugueses sabemos bem disso!

Sabemos porque vemos, partilhamos, acompanhamos muitos concidadãos que sofrem esse drama todos os dias. Em especial os que não têm emprego.

E sabemos também porque como país aconteceu-nos o mesmo. Portugal sofreu mais com a crise dos últimos anos porque estava mais frágil...

O Portugal Renovado que estamos a construir tem de evitar as emergências.

A das pessoas que mais vulneráveis, sofrem mais.

E a do País que mais frágil, também sofrerá mais...

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Portugal Renovado, à asfixia dos credores estrangeiros, contrapomos uma era de soberania e equilíbrio financeiro. Sem rótulos de lixo e sem resgates.

No Portugal Renovado, ao ciclo das obras públicas desgarradas, contrapomos selectividade e investimento nas pessoas, nos factores de competitividade, na criação de emprego.

No Portugal Renovado, propomos uma economia competitiva, geradora de emprego e que seja capaz de ser inovadora, audaz e de absorver os recursos humanos mais qualificados do país.

À fragmentação financeira da Europa, contrapomos uma União Bancária que dê às empresas portuguesas as mesmas oportunidades de financiamento das Alemãs, das Francesas ou das Holandesas.

No Portugal Renovado, ao despesismo injusto e injustificado do Estado, à cristalização de serviços inúteis e à duplicação de funções, contrapomos o maior esforço de contenção da despesa pública dos últimos 40 anos, reestruturando os serviços e melhorando o atendimento ao cidadão.

No Portugal Renovado, reformamos o Estado mas garantimos o Estado Social, o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, à Educação, à Justiça.

O político tem de estar sempre inconformado, senão mesmo envergonhado, enquanto houver cidadãos que não acedem à educação, à saúde ou à justiça por insuficiência de meios económicos. Mas para que isso aconteça é preciso que o Estado gaste só o que é preciso e só onde é necessário.

Como disse recentemente Vital Moreira com suprema singeleza “o pior que se pode dizer do Estado Social é que ele só é financiável com dinheiro emprestado”. E é verdadeiramente assim porque o custo desses empréstimos, esse sim, põe em causa a sobrevivência das políticas sociais.

No Portugal Renovado, podemos divergir dos modelos ou das opções mas temos a obrigação de afastar incertezas e inseguranças no sistema de Segurança Social e de Pensões. E temos de garantir a sua sustentabilidade.

No Portugal Renovado, temos de olhar para as políticas de natalidade e para as políticas de família, e conjugalas numa forma integrada com os domínios laboral, fiscal e com as políticas públicas de habitação, de saúde, de educação.

No Portugal Renovado procuramos novas medidas para promover a coesão territorial. Depois do ciclo das infra-estruturas e dos equipamentos, a fixação das populações e a garantia da igualdade de oportunidades tem de assentar na dinamização das economias locais e dos sectores do Turismo, da Agricultura e do fomento industrial. No Portugal Renovado, o poder local e regional são parceiros de desenvolvimento numa lógica de responsabilidade, de proximidade, mas também de associativismo gerador de poupanças e ganhos de escala.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Portugal Renovado é um Portugal Europeu e um Portugal Global. Não venceremos os nossos desafios se não encararmos esta dupla realidade sem temores ou pessimismo desmesurado.

Há 40 anos Abril abriu-nos as portas da Europa.

português, e no patriotismo das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, nessa rede de “Novas Feitorias”, conseguimos não só projectar e manter a nossa cultura como agarrar esse espaço como uma oportunidade.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Portugal Renovado não é uma proclamação: É o nosso futuro! É a nossa identidade!

Renovar Portugal é realizar Abril.

Quero afirmar com toda a clareza que essa tarefa não é exclusiva desta maioria.

Nem tão pouco é tarefa exclusiva dos Partidos Políticos ou do sistema político.

É tarefa da nossa sociedade.

Dos Parceiros Sociais, das Instituições, das pessoas.

Dos jornalistas, dos professores, dos empresários, dos trabalhadores.

É uma tarefa de todos e de cada um.

Na sua actividade profissional, na sua família.

No seu espaço de participação cívica, cada português constrói o nosso futuro colectivo.

A nós, políticos e representantes da vontade popular, cabe-nos tomar opções, apresentar alternativas, discutir ideias e projectos e estabelecer compromissos.

Numa democracia madura não há “divergências insanáveis” quando dois portugueses ou dois partidos debatem o futuro do país.

Nas questões essenciais, desde logo no funcionamento do sistema político,... ou da Reforma do Estado,... ou na salvaguarda do Estado Social,...estabelecer compromissos – ainda que partindo de posições diferentes – não enfraquece a acção política: responde à vontade popular.

Aliás, essa convergência na diversidade começa e deve começar mesmo dentro dos partidos políticos. Sem dogmas, com espírito democrático e com abertura à sociedade.

O Portugal Renovado pressupõe uma sociedade onde as pessoas são livres de fazer as suas escolhas.

No centro da nossa acção está sempre a vida do indivíduo, a oportunidade que ele tem de escolher mas também a garantia que o Estado lhe dá no que tange ao acesso aos bens essenciais.

Não acreditamos num Estado tutor, nem num Estado empresário.

Acreditamos num Estado que fomenta o empreendedorismo e que regula a economia.

Mas um Estado que não esquece os mais frágeis. Que promove uma repartição mais justa de riqueza e que assegura a Justiça, a Segurança, a Saúde ou a Educação.

Para quê? Para que todos tenham a mesma oportunidade e em última instância, para que todos sejam livres.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: o Portugal Renovado para os próximos 40 anos, enquadra-se numa realidade que não conhece fronteiras nem protecções.

Precisamos de ajustar a nossa atitude a essa realidade.

Vamos fazê-lo.

Tal como em 1143, em 1383, em 1640, ou 1974, resgatamos a nossa liberdade e a nossa independência.

Fá-lo-emos todos!

Social-Democratas, Socialistas, Democratas Cristãos ou Comunistas.

Cada um com o seu contributo!

Fizeram-no os militares de Abril quando libertaram o país. Como diz o poema eles “souberam, fizeram a hora e não esperaram acontecer.”

Foram heróis e rasgaram o futuro.

Senhores Deputados,

O partido que aqui represento tem uma matriz ideológica. Mas não tem outra agenda que não seja o interesse de Portugal e o bem-estar dos portugueses.



A Europa é o nosso espaço de cidadania e o nosso mais importante espaço económico.

No aprofundamento da integração europeia, nessa tarefa complexa e constante, nós somos e queremos ser parte das soluções e não parte dos problemas.

A Europa é um projecto de Paz, de Segurança, de Liberdade mas também de progresso social e económico.

Creio, aliás, que não prestamos um bom serviço à democracia e ao País quando desdênhamos da solidariedade europeia.

Ela materializa-se de várias formas, normalmente numa atmosfera de negociação e tensão, mas está lá e como europeus os Portugueses não devem ter vergonha de assumir: quando precisámos a Europa respondeu-nos e acudiu-nos!

Assim como, aliás nós também no seio da Europa respondemos e acudimos a pedidos de outros países.

Mas a frente Europeia não é a única em que estamos.

Como autores noutros de outros processos de globalização, os Portugueses tem especial vocação para se movimentarem na economia global.

Exemplo disso são as nossas indústrias exportadoras que em tempos de recessão não pararam de atingir e conquistar novos mercados.

Alicerçados numa nova fase da diplomacia económica, na potencialidade do espaço lusófono e na cooperação amiga e fraterna que mantemos com os povos que falam

Não tenho a pretensão de promover qualquer ingerência no funcionamento dos outros partidos.

Mas numa democracia de partidos, em que a organização do poder político é protagonizada maioritariamente por via deles, sou dos que pensa que não serão só as regras eleitorais ou mesmo as regras constitucionais que reformarão o sistema político e aproximarão os cidadãos da política.

Os partidos, que são eles próprios criados, formados e financiados pelos cidadãos, têm a obrigação de estar mais próximos, mais abertos e mais acessíveis às pessoas.

E a sociedade, ao invés de estigmatizar os seus partidos, deve também olhá-los como um espaço onde se vive e se concretiza a democracia, e deve promover a participação na vida partidária.

A dignificação da vida política, temos de o assumir, compete-nos a todos, independentemente de sermos poder ou oposição.

Quando no PSD ligámos a evocação dos 40 anos de Abril às comemorações dos nossos 40 anos existência quisemos dar esse sinal.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade, chamando as novas gerações ao contacto físico ou político com os nossos fundadores, Francisco Sá Carneiro, Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão.

Não para que perspectivem uma carreira política mas para que intervenham, participem no espaço que Abril abriu.

O espaço de discutir, debater e decidir o nosso futuro.

É de espírito aberto e dialogante que afirmamos as nossas convicções.

Acreditamos na capacidade do povo português e cumprimos o mandato que nos foi confiado por ele.

Não temos qualquer vertigem de poder e sabemos que a seguir a nós outros virão tentar legitimamente fazer melhor.

Mas acreditamos muito que Portugal e os portugueses estão a fazer aquilo que tem de ser feito hoje.

Não somos capazes de honrar a história deste país? Somos.

Não somos capazes de vencer os desafios da disciplina orçamental, do crescimento económico e da criação de emprego? Somos capazes.

Não somos capazes de discutir políticas com urbanidade e tolerância e de gerar compromissos duradouros? Somos com certeza.

Vamos debelar esta crise e vamos entregar aos vindouros um Portugal Renovado!

Por nós continuaremos a seguir o que Francisco Sá Carneiro disse há 35 anos nesta tribuna:

“Não vamos encher a boca com Abril nem com a Democracia. Mas vamos trabalhar modestamente para o realizar”.

Abril é o futuro!

*

Assim terminaram as celebrações oficiais na Assembleia. – Fonte: Audiovisuais PSD

Momento de luto para a cultura portuguesa



**Pedro Passos Coelho,
Primeiro-Ministro de Portugal
"Momento de luto para a
cultura portuguesa"**



O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, lamentou este domingo a morte de Vasco Graça Moura, afirmando que este é um "momento de luto para a cultura" portuguesa e "para a vida cívica do país". "Portugal perdeu hoje um dos seus maiores cidadãos", afirmou o chefe do Governo numa mensagem divulgada ao início da tarde, onde acrescenta que foi com um "profundo pesar" que soube morte do presidente do Centro Cultural de Belém.

Afirmando que ambos estavam ligados por "laços de amizade", Passos Coelho lembrou que Vasco Graça Moura deixou um "vasto legado literário, marcado pela inspiração e pela dedicação à língua portuguesa, que enriqueceu como poucos, uma constante procura da identidade nacional e um clarividente pensamento sobre as raízes, a herança política e filosófica e o futuro da Europa".

O primeiro-ministro destacou ainda a sua actividade como "divulgador das letras portuguesas", como responsável por várias e prestigiadas instituições nacionais e o seu percurso político "marcado pela coragem, pela frontalidade e pelo arreigado humanismo com que assumiu a cada passo as suas convicções".

"Por tudo isto, Vasco Graça Moura recebeu em vida as mais altas honras e distinções", acrescentou Passos Coelho, destacando a homenagem que lhe foi prestada em Janeiro na Fundação Calouste Gulbenkian.

**Aníbal Cavaco Silva,
Presidente da República**

"Marca indelével na literatura"



Na missiva, o chefe de Estado sublinha que foi com "profundo pesar" que tomou conhecimento da morte de Vasco Graça Moura, "um dos maiores escritores portugueses das últimas décadas e um dos intelectuais que mais contribuíram para a afirmação e a projecção internacional da nossa cultura".

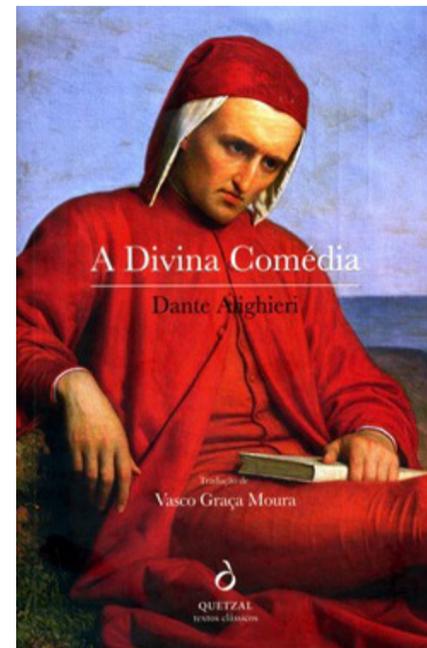
O Presidente da República, sublinha a "marca indelével" que Vasco Graça Moura deixa na literatura, no debate democrático de ideias e na defesa da cultura. "Neste momento de luto, rendo a minha homenagem ao homem de letras e ao homem de acção, que deixa uma marca indelével tanto na literatura, como no debate democrático de ideias e na defesa da nossa cultura", lê-se numa mensagem divulgada no site da Presidência da República.

"Poeta e romancista de prestígio abundantemente reconhecido, quer entre nós, quer no espaço europeu, Graça Moura foi também o tradutor de alguns dos grandes autores do Ocidente para a língua portuguesa, a qual enriqueceu como poucos", recorda Cavaco Silva.

Além disso, acrescenta o Presidente da República, o seu dinamismo e a sua criatividade, enquanto responsável por várias instituições ou como deputado ao Parlamento Europeu, "foram decisivos para o reconhecimento da cultura portuguesa além-fronteiras".

Resenha da obra de Graça Moura

Escritor, poeta e tradutor, natural do Porto, onde nasceu em 1942. Licenciado em Direito, actividade que chegou a exercer, foi secretário de estado da Segurança Social do IV Governo Provisório e secretário de estado dos Retornados do VI Governo Provisório. Nomeado director de programas da RTP, em 1978, nesse mesmo ano passou à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cuja área editorial administrou até 1988. Entre 1988 e 1995 foi presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. É autor de obras de ensaio, poesia, romance, e ainda de traduções. Paralelamente, tem desenvolvido uma ampla intervenção pública como comentador e analista político. A sua obra iniciou-se em 1963, com o título Modo Mudando, a que se seguiram O Mês de Dezembro (1977), Instrumentos para a Melancolia (1980), A Variação dos Semestres deste Ano; 365 Versos (1981), Nó Cego, o regresso



(1982), Os Rostos Comunicantes (1984), A Sombra das Figuras (1985), A Furiosa Paixão pelo Tangível (1987), O Concerto Campestre (1993), Sonetos Familiares (1994), Poemas Escolhidos 1963-1995 (1996), Poemas com Pessoa (1997), Uma Carta no Inverno (1997, prémio de Poesia APE/CTT de 1997) e Retrato de Francisca Matroco e Outros Poemas (1998). Entre os seus ensaios encontram-se David Mourão-Ferreira ou a Mestria de Eros (1978), Camões e a Divina Proporção (1985), Os Penhascos e a Serpente e Outros Ensaios Camonianos (1987), Várias Vozes (1987), Retrato de Isabel e Outras Tentativas (1994) e Contra Bernardo Soares e Outras Observações (1999). Na sua vasta obra encontramos igualmente obras de ficção, entre as quais Quatro Últimas Canções (1987), Naufrágio de Sepúlveda (1988), Partida de Sofonista às Seis e Doze da Manhã (1993) e A Morte de Ninguém (1998). Vasco Graça Moura escreveu ainda uma peça de teatro (Ronda dos Meninos Expostos, 1987), um diário (As Circunstâncias Vividas, 1995) e as crónicas de Papéis de Jornal (1995). Distinguindo-se publicamente como tradutor, amplamente consagrado, as suas traduções da Vita Nuova e da Divina Comédia de Dante (1995) mereceram-lhe a atribuição do Prémio Pessoa, em 1995. Em 2000, publica Poesia 1997-2000, seguido do romance Meu Amor, era de Noite (2001). Ao falar de Graça Moura, não pode omitir-se a grandiosidade e - por vezes, maior alcance e emoção do que o próprio autor lhe deu... - da tradução portentosa da "Divina Comédia" de Dante que ficará como um marco na literatura clássica (mundial) do nosso tempo. - "Povo Livre" nada adiciona ao que fica acima, as nossas páginas de "Opinião dos outros" tem inúmeras citações e reproduções de artigos de Vasco Graça Moura. Esta é, afinal, a nossa mais sincera e sentida homenagem! - Povo Livre

Conselho de Ministros de 28 de Abril de 2014

A grande importância deste Conselho de Ministros reside - fundamentalmente - na decisão final sobre o Documento de Estratégia Orçamental (DEO), que define as linhas de orientação para as políticas com incidência orçamental até 2018, podendo pois, enquadrar-se numa directriz a médio prazo. O Documento foi aprovado em Conselho de Ministros, no dia 28 e numa reunião que terminou pelas 13:30 e durou cerca de cinco horas.

O texto final do documento está agora a ser ultimado de forma a se ser apresentado em 'briefing' final do Conselho de Ministros, até ao final do dia 29, (Terça-feira).

O DEO é um documento que o Governo apresenta anualmente em Abril, com as suas perspectivas para os anos seguintes; e este ano servirá

para o Governo traçar a sua estratégia orçamental até 2018. O documento deste ano contém as medidas de consolidação orçamental para 2015, que totalizam cortes de 1.400 milhões de euros para o próximo ano, segundo já adiantou a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque.

Por outro lado, além de uma série de medidas, que totalizam cortes de 1.400 milhões de euros, que são necessários para fazer baixar o défice para os 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, mas, em compensação abre a possibilidade de reposição dos salários, a um ritmo de cerca de 20 e a reposição do sistema de méritos, como factor de compensação e progresso nas carreiras.

O texto do relatório deste Conselho é o seguinte:

1. O Conselho de Ministros aprovou o Documento de Estratégia Orçamental (DEO), que define as linhas de orientação para as políticas com incidência orçamental até 2018.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a adaptar o regime jurídico das instituições de crédito e sociedades financeiras aprovado pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, no âmbito da transposição de uma directiva da União Europeia, relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento. É, assim, proposto um conjunto de alterações em matérias relacionadas com a actividade e a supervisão daquelas instituições, nomeadamente no que respeita ao exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como de cargos cujos titulares exercem funções de influência significativa na gestão da instituição de crédito ou da sociedade financeira.

No âmbito da mesma directiva é instituído o dever dos Estados-Membros assegurarem a existência de mecanismos de denúncia de infracções e de regularem o respectivo procedimento de tratamento dessas denúncias garantindo, nomeada-

mente, a respectiva confidencialidade e de criarem mecanismos que assegurem a protecção do denunciante.

Adicionalmente revela-se necessária a extensão do elenco de medidas correctivas que o Banco de Portugal pode impor, em caso de incumprimento de normas que disciplinem a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras, o que motiva igualmente as alterações ao Regime Geral nesta matéria. São ainda incluídas normas respeitantes ao regime sancionatório, definindo um elenco de infracções e de sanções aplicáveis em caso de violação dos deveres previstos na referida directiva.

Gabinete do Conselho de Ministros



Conselho de Ministros de 24 de Abril de 2014



1. O Conselho de Ministros aprovou a alteração ao regime de selecção recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência.

Este diploma expressa o empenho no reforço da valorização laboral dos professores e na definição clara das necessidades do sistema, a partir da análise da duração do vínculo temporário.

Assim, caso um docente se encontre em situação contratual em horário anual completo e sucessivo por um período de cinco anos, é aberto lugar no quadro docente do Ministério da Educação e Ciência através do mecanismo concursal externo para o quadro de zona pedagógica. É também reforçado o leque das oportunidades de maior estabilização do pessoal docente, sendo elencados mecanismos que permitem aos docentes de carreira fazerem opções por outros grupos de recrutamento além daquele em que se encontram identificados.

2. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico das escolas profissionais públicas e privadas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Este regime visa criar as condições para uma resposta mais consentânea com as novas exigências de um ensino profissional dual de qualidade, no que respeita, nomeadamente, à autonomia e flexibilidade na gestão das escolas profissionais públicas e ao envolvimento directo e permanente das empresas e de entidades de referência empresarial no ensino profissional, através da criação de escolas profissionais de referência empresarial.

3. O Conselho de Ministros aprovou a revisão do regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

Esta revisão tem como objectivo a cor-

recção de algumas regras, e não uma extensa reforma, sendo de realçar a simplificação das normas relativas ao processo de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva e a densificação do regime de suspensão desse estatuto.

São alteradas as normas relativas à representatividade internacional das modalidades, indo ao encontro do estabelecido na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

No que respeita aos processos eleitorais nas federações desportivas, torna-se obrigatório que o candidato a presidente apresente também candidatura aos restantes órgãos, sendo possível, em simultâneo, a apresentação de candidaturas a apenas algum ou todos os conselhos da federação desportiva por parte de outros interessados.

Adapta-se o âmbito de actuação do conselho de justiça, atento o recurso directo das decisões do conselho de disciplina para o Tribunal Arbitral do Desporto e estabelece-se um prazo para as decisões destes órgãos, condição imprescindível a uma justiça adequada e com efeito útil.

O novo regime jurídico das federações desportivas reforça ainda a obrigação da federação publicitar a sua actividade, mecanismo indispensável à transparência, impondo-se um prazo e prevendo-se o sancionamento do seu incumprimento.

4. O Conselho de Ministros aprovou o regime de indisponibilidade, fixando-o em 90 dias, a que ficam sujeitas as acções a adquirir por trabalhadores na oferta pública de venda, no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN, Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A..

5. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração à orgânica do Instituto Português da Qualidade, I.P., transferindo para este organismo atribuições das direcções regionais da economia nos domínios da qualidade e metrologia.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares

Internacionais, criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte (Protocolo de Paris), entre Portugal e os Comandos Estratégicos da NATO, assinado a 3 de Dezembro de 2013, em Bruxelas.

No quadro da reforma da estrutura de comandos da NATO, foi acordada a transferência para Portugal de duas novas estruturas militares Aliadas: a Naval Striking and Support Forces NATO (Stikeforato), uma força naval de reacção rápida na dependência do Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa; e a Escola de Comunicações de Sistemas de Informação da NATO (NCISS), dependente do Comando Aliado Supremo.

7. O Conselho de Ministros aprovou o Tratado de Comércio de Armas, adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 2 de Abril de 2013.

O Tratado de Comércio de Armas destina-se a regular o comércio internacional de armamento, estabelecendo critérios para as transferências destes bens, assim promovendo o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário. O Tratado promove, igualmente, a transparência e o comércio responsável, combatendo o tráfico de armas.

8. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, assinado em Ancara, em 28 de Janeiro de 2014.

Acordo destina-se a estabelecer uma cooperação no domínio da Tecnologia e da Ciência para fins pacíficos, nas áreas das Ciências Naturais, Engenharia, Ciências Sociais e outras áreas de interesse que podem ser incluídas por consentimento mútuo.

9. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo sobre as Actividades Remuneradas de Membros da Família do Pessoal Diplomático e Consular entre República Portuguesa e a República da Sérvia, assinado em Lisboa, em 5 de Fevereiro de 2014.

Através deste acordo, os dois países permitem, numa base de reciprocidade, que os dependentes de diplomatas e de outros funcionários da Embaixada e dos Postos Consulares colocados em missão oficial em Portugal e na Sérvia possam exercer livremente uma actividade remunerada no Estado receptor.

10. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), assegurando-se a continuidade de funções de dois dos atuais vogais deste órgão.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.- Gab, Cons^o M^{os}

Rangel dirige um desafio ao candidato do PS

“Apareça nos debates”



“Faço um desafio, que Francisco Assis apareça e aceite fazer debates. Queremos debater questões europeias. Não sabemos se tem receio ou medo, mas talvez seja receio das questões europeias”, disse o Cabeça de Lista da Coligação “Aliança Portugal” às Eleições Europeias de 25 de maio.

Francisco Assis “está totalmente desaparecido, aparece com agenda negativa de ataque ao Governo”, as “poucas vezes que aparece, e não é ofuscados por António José Seguro, é para falar de assuntos nacionais”.

“Sistematicamente, Francisco Assis não aceita comparecer nos debates ou, à última hora, faz-se substituir”, afirmando que “é a quarta vez consecutiva que isso sucede”.

Para um debate na próxima terça-feira, dia 29 de Abril, Assis, far-se-á substituir por Elisa Ferreira, disse Rangel.

Esse motivo tem levado também Paulo Rangel a cancelar a sua participação em debates.

“Estamos num momento crucial da construção europeia, com um impacto enorme na vida portuguesa, e os portugueses precisam de ser esclarecidos”, argumentou, considerando que o “grande debate” é entre os projectos da “Aliança Portugal” e do PS e que os cabeças de lista devem “assumir responsabilidades”.



Sofia Ribeiro empenhada na defesa da região de informação de voo de Santa Maria



A candidata ao Parlamento Europeu pela coligação “Aliança Portugal”, Sofia Ribeiro, comprometeu-se quarta-feira, dia 23, em Vila Porto, a continuar o trabalho “em defesa da manutenção da região de informação de voo de Santa Maria independente da política de céu único europeu”, por entender que “existem claros benefícios económicos e sociais para a ilha, mas também para a região e para o país”.

Sofia Ribeiro, que reuniu ontem com a direcção da empresa NAV, analisou com aqueles responsáveis a revisão do pacote legislativo comunitário relativo ao céu único europeu, prevista para 2016.

“Foi uma oportunidade para constatar que existe um conjunto de argumentação que podemos utilizar para defender esta nossa pretensão, nomeadamente a relevância para a economia local da manutenção da região

de informação de voo aqui em Santa Maria”, explicou a candidata da coligação.

Para a candidata será, por isso, “fundamental manter um contacto permanente entre todas as entidades de forma a assegurar uma firme defesa dos interesses dos Açores neste assunto”.

Durante a deslocação a Santa Maria, Sofia Ribeiro contactou com diversas entidades locais a quem transmitiu o desejo de exercer um mandato de proximidade “com os açorianos e as suas instituições em todas as ilhas”.

“É importante este diálogo, é importante conjugar e articular estratégias porque esse relacionamento de proximidade fortalece as posições dos Açores na União Europeia”, disse a candidata.

“É urgente conseguir melhores resultados” com fundos disponibilizados pela União Europeia



O PSD/Açores considera “absolutamente primordial” que a execução dos próximos fundos comunitários na região “seja orientada para o combate ao desemprego, na educação e na formação”, uma vez que estas três vertentes “serão

fundamentais para ajudar os Açores a vencer a maior crise financeira, social e económica da autonomia”.

Segundo Alexandre Gaudêncio, que falava em nome dos sociais-democratas açorianos no final de uma audiência com o presidente do governo, destinada a avaliar os programas operacionais do próximo quadro comunitário de apoio, “é hoje evidente que os Açores precisam de fazer mais e melhor com os fundos da União Europeia do que aquilo que têm conseguido até ao momento”.

De facto, recordou, “os Açores receberam da União Europeia durante os últimos anos mais de 2600 milhões de euros. No entanto, infelizmente, os resultados deixam a desejar uma vez que continuamos

a registar dos piores indicadores do país ao nível do desemprego e dos piores da Europa ao nível do insucesso, do abandono escolar” e em todos os critérios normalmente utilizados para avaliar o grau de desenvolvimento de uma região”.

“Não podemos apresentar os Açores na Europa como os campeões dos gastos e ocupar os últimos lugares dos resultados”, disse. Assim, acrescentou o dirigente social-democrata açoriano, “o PSD/Açores entende que é possível fazer mais e melhor”.

Nesse sentido, declarou Alexandre Gaudêncio, “o PSD/Açores tinha já apresentado ao governo regional, em Maio de 2013 um conjunto de propostas para a definição do quadro comunitário de apoio

até 2020”, lamentando, no entanto, “que o governo regional tenha entendido não aceitar boa parte dessas propostas, como é o caso de dar um papel mais importante na execução dos fundos às câmaras do comércio, às autarquias locais e aos parceiros sociais”.

Para os sociais-democratas açorianos é, por isso, necessário que as próximas verbas que a União Europeia vai disponibilizar para os Açores “se destinem à educação e à formação ao reforço das micro e pequenas empresas uma vez que estas representam a grande massa de criação de trabalho na região”.



WWW.PSD.PT

PSD de Braga mobiliza-se em torno da candidatura de José Manuel Fernandes às eleições europeias

A Secção do PSD de Braga promoveu, dia 26, um encontro onde participaram autarcas locais e militantes do partido, assim como elementos do CDS-PP que integram a coligação "Aliança Portugal", com vista à preparação das próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Os trabalhos começaram com uma explicação da iniciativa, com enfoque nas questões administrativas necessárias à correta organização e função das mesas de voto. Vários oradores usaram da palavra para

não acontece por acaso. Acontece porque o nosso amigo José Manuel Fernandes soube escolher bem as comissões no Parlamento Europeu, que lhe têm propiciado grande notoriedade e a faculdade de disponibilizar informação estratégica para os cidadãos, empresas e instituições do nosso país e em particular do Minho. A sua permanente ligação à comunidade e aos cidadãos fica bem patente, nas mais de 500 iniciativas em que participou, ao longo do seu mandato, nos mais diversos locais deste nosso Portugal".

tralismo está bem presente, encabeçada por aquele que foi o líder parlamentar do Eng. Guterres – o governo do pântano, e depois do Eng. Sócrates – o governo da despesa e da bancarrota. Tem lá também ex-ministros, quer do Guterres quer de Sócrates e tem até o braço direito do ex-Primeiro-Ministro, escondido, a nº sete, de um partido que deixou o nosso país numa situação tal que nos custou muito a recuperar", disse.

O eurodeputado referiu ainda que "o esforço dos portugueses não pode ser dei-

produtos regionais, o nosso têxtil, enfim, os nossos interesses. Por tudo isto, é essencial que o Distrito tenha um rosto no Parlamento Europeu".

No final do encontro, Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, sublinhou a necessidade de manter uma forte ligação da campanha com os autarcas e a população, assinalando a importância destas eleições para projectar um futuro de esperança e optimismo.

"O centro desta campanha tem de ser



explicar as particularidades deste processo eleitoral, tendo ficado sublinhado o espírito de empenho e responsabilidade necessários para que o sufrágio decorra com a maior tranquilidade. O encontro ficou marcado pelo apoio inequívoco aos candidatos minhotos presentes na lista.

João Granja, presidente da Secção do PSD de Braga, referiu que o eurodeputado José Manuel Fernandes tem sido incansável durante todos estes anos e não só durante a campanha eleitoral, daí os seus inúmeros apoiantes. "Quando fez a apresentação do seu novo compromisso, não fiquei espantado quando vi, entre os presentes, militantes e simpatizantes do Partido Socialista e de outras políticas a apoiarem a sua candidatura, num sinal notável, objectivo e claro do reconhecimento do seu trabalho e do seu valor".

O líder da Secção do PSD de Braga destacou ainda o trabalho que José Manuel Fernandes levou a cabo enquanto eurodeputado. "Todos reconhecem que há um trabalho concretizado fora do comum e isto

Seguiu-se um dos momentos altos do encontro. Perante uma sala cheia e entusiasmada, José Manuel Fernandes, candidato às próximas Eleições Europeias, demonstrou confiança na vitória da Coligação "Aliança Portugal", explicando que o Partido Socialista tem tentado alterar o verdadeiro objectivo destas eleições. "Esta vossa presença é um bom sinal. Um sinal de que também, no concelho de Braga, vamos ganhar estas eleições. Há quem as queira transformar numa espécie de primárias das eleições legislativas. Aliás, os cartazes do Partido Socialista, com a palavra 'Mudança', procuram confundir as pessoas sobre o verdadeiro objectivo destas eleições", explicou o candidato.

José Manuel Fernandes prosseguiu afirmando que pertence a uma lista que respeita as regiões, ao contrário da lista do Partido Socialista. "Temos uma excelente lista, encabeçada pelo Dr. Paulo Rangel, que tem ainda o Nuno Melo – o primeiro nome do CDS-PP. Se olharmos para o PS, vemos uma lista de Lisboa e do Porto, onde o cen-

tado fora", numa altura, na opinião de José Manuel Fernandes, em que o País começa a dar pequenos sinais de algumas melhorias.

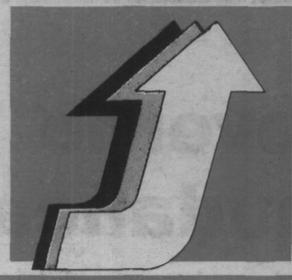
"Não podemos regressar ao passado. Não podemos voltar ao tempo de gastar aquilo que não temos, em que fazíamos escolas por 25 milhões de euros quando podiam ter sido feitas por cinco. Não podemos voltar ao tempo em que se falava em TGV e projectos megalómanos", disse o candidato.

José Manuel Fernandes abordou ainda algumas conquistas enquanto eurodeputado, enaltecendo a importância para o Distrito de ter alguém que defenda, na Europa, os seus interesses.

"Nós temos uma outra responsabilidade neste território, pois o PS desconsiderou o Distrito de Braga. Não têm ninguém que nos possa representar. Também aqui temos um trabalho que nos deve orgulhar. Conseguimos que o Norte tivesse um aumento de 20% nos fundos que recebeu: são 3400 milhões de euros para 2014/2020. Conseguimos que as taxas de co-financiamento fossem a 95%. Defendemos os nossos

feito na ligação aos nossos autarcas. Há cinco anos atrás, promovemos iniciativas em freguesias remotas, com 10 a 15 pessoas a assistir a sessões de esclarecimento com José Manuel Fernandes. O extraordinário resultado que obtivemos nas autárquicas aconteceu também graças a esses pequenos momentos, a essa lógica de proximidade e contacto com a população", explicou Ricardo Rio.

O actual autarca de Câmara sublinhou ainda o empenho do eurodeputado na defesa da Região ao longo do seu percurso no Parlamento Europeu: "Nos últimos cinco anos, José Manuel Fernandes mostrou como a sua proximidade com a região permitiu a concretização de muitos projectos. Isso é algo que devemos ter como muito relevante e meritório. Com a sua reeleição e com a sintonia que encontrará daqui em diante por parte de todos os autarcas, estou certo que o José Manuel Fernandes continuará a defender os interesses da região no Parlamento Europeu".



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

Por Mota Pinto e Weinberger

ASSINADO O ACORDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA BASE DAS LAJES

- A reciprocidade da cooperação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos foi posta em destaque pelo vice-primeiro-ministro, Mota Pinto, no acto de assinatura do novo acordo técnico sobre a Base das Lajes, que revoga o texto de 1957.



(PÁG. 2) Mota Pinto conferenciando com Caspar Weinberger

Mota Pinto na Guarda

É necessário um relançamento da coligação com o PS

O líder do PSD afirmou na Guarda que é necessário um relançamento da coligação com o PS, sem o qual a situação será muito difícil para a maioria e para o Governo que dela emana.

Mota Pinto falava no decorrer de uma conferência de imprensa que encerrou a deslocação de um dia que efectuou ao distrito da Guarda.

Instado a pronunciar-se sobre a remodelação ministerial, Mota Pinto disse que «mais importante que isso é a vontade política, a linha de rumo a seguir».

Mota Pinto afirmou que «se houver um vazio de poder há possibilidade de aparecer uma orientação política cujo centro de gravidade se situa à esquerda do PS».

Depois de referir que a política «de rigor e de austeridade vai continuar», sublinhou a necessidade de motivar os agentes económicos.

Ainda no domínio da economia, referiu a possibilidade, que disse defender, de haver em bancos portugueses contas em moeda de outros países, numa «medida limitada».

Citou os agentes de viagens e exportadores como possíveis depositantes em moeda de outros países em Portugal.

O presidente do PSD acrescentou que as empresas públicas podem transformar-se em empresas de capitais públicos e defendeu a «flexibilidade da legislação laboral».

Continua na pág. 2

Fernando Condesso ao «P.L.»

Defendo a reformulação do sistema eleitoral português

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Fernando Condesso, concedeu-nos uma extensa entrevista onde trata dos grandes problemas da acção legislativa e governativa em geral, com particular ênfase para problemática da reformulação, do sistema eleitoral português, de modo a dar verdade às eleições e a favorecer o aparecimento de partidos maioritários.

O Presidente do nosso Grupo Parlamentar e membro da Delegação Portuguesa à Assembleia da NATO. Desempenhou, durante a anterior Legislatura, as funções de Vice-Presidente, Presidente da Comissão de



Defesa Nacional (a que presidiu durante a feitura, em 1982, da actual Lei da Defesa e das Forças Armadas), Vice-Presidente da Comissão de Revisão Constitucional e Coordenador do Partido na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. Estudou Direito, Filosofia e Teologia. Lecionou, foi advogado e consultor de empresas.

Era militar no Quartel de Torres Novas quando surgiu o 25 de Abril, tendo sido o fundador do PPD nessa localidade, até que a partir de 1981 se começou a dedicar completamente à vida parlamentar.

(Págs. 3, 4 e 5)

SOCIAIS DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS

Prioridade em Vila Pouca de Aguiar é a criação de uma central de camionagem

(PÁGINA 12)

Certificados de bagagem para emigrantes

(PÁG. 9)

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alter do Chão, para reunir, no próximo dia 6 de Junho de 2014 (6º feira), entre 19h30 e as 21h30, na Avenida Dr. João Pestana, 13 em Alter do Chão com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. - Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital

- As quotas deverão ser pagas na Sede Nacional até ao dia 28 de Maio de 2014, décimo dia anterior ao acto eleitoral

Esta convocatória anula a anteriormente publicada, cancelando as eleições do dia 2 de Maio

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata da Secção de Barcelos para reunirem em Plenário, no próximo dia 16 de Maio, Sexta-Feira, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Alcaldes de Faria, 226, 1º D, Barcelos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2.- Aprovação das Contas de 2013
- 3.- Aprovação do Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2014
- 4.- Análise da situação político-partidária

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de castro Daire, para reunir, no próximo dia 3 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 17H00, na sede concelhia, sita na Avenida João Rodrigues Cabrilho com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação das Contas 2013
2. Outros assuntos.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir, no próximo dia 9 de Maio de 2014 (6º feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Tenente Valadim, 47 com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Análise da Situação Política
2. Outros assuntos.

NÚCLEO DE CAMPO/SOBRADO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa do Núcleo Campo/Sobrado, para reunir no próximo no dia 31 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 15h00, na sede Concelhia de Va-

longo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 com a seguinte: Ordem de trabalhos.

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Campo/ Sobrado.

NOTAS:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede Concelhia de Valongo. Urnas estão abertas das 15H00 às 19H00

NÚCLEO DE ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa do Núcleo Ermesinde, para reunir no próximo no dia 31 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 15h00, na sede Concelhia de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 com a seguinte: Ordem de trabalhos.

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Ermesinde.

NOTAS:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede Concelhia de Valongo.

Urnas estão abertas das 15H00 às 19H00

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 31 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua da liberdade nº 6 com a seguinte: Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de secção e da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- Urnas estão abertas das 18H00 às 22H00.

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir, no próximo dia 30 de Maio de 2014 (6º feira), entre 20h00 e as 23H00, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33 com a seguinte: Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção de Grândola e da Mesa da Assembleia

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Dr. Júlio do Rosário Costa, nº35

Urnas estão abertas das 20H00 às 23H00

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Maio de 2014, (terça-feira) pelas 21h30, na sede Distrital do PSD, sita na Av. José Jardim nº 32 em Leiria.com a seguinte: Ordem de trabalhos:

- 1.- Análise da situação política;
2. -Eleições Europeias;
3. - Outros assuntos

MORTÁGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mortágua, para reunir, no próximo dia 31 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 17h00 e as 19H00, na sede de Concelhia, em Mortágua com a seguinte: Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão

Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- Urnas estão abertas das 17H00 às 19H00
- As quotas deverão ser pagas na Sede Nacional até ao dia 21 de Maio de 2014, décimo dia anterior ao acto eleitoral

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Peniche, para reunir, no próximo dia 31 de Maio de 2014 (Sábado), pelas 17h00, na sede do Partido, na Rua Alexandre Herculano, 68 – 1º Dto com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- Urnas estarão abertas das 17H00 às 23H00



CONSELHO REGIONAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Viana do Castelo, no próximo dia 24 de Maio pelas 16h00, na Sede do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, 4990 Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Análise da actual situação política; 2 – Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento eleitoral do Congresso Regional. 3 - Informações.

SEIA

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia da JSD, para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2014, pelas 18h00, na sede do PSD/Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00m e as 20 horas; As listas candidatas deverão ser entregues até às 23h59m do dia 28 de Maio na sede do PSD/Seia.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia do Seixal para reunir no dia 11 de Maio de 2014, pelas 17h00m, na Sede do PSD Seixal, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, n.º 11, 2845-307 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

VALONGO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia JSD Valongo para reunir no próximo dia 23 de maio de 2014, (sexta feira) pelas 21 horas, na sede de concelhia do Partido Social Democrata e Juventude Social Democrata de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 880 Ermesinde-Valongo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações.



Do Regulamento Eleitoral

1. As candidaturas devem ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome e número de militante de cada candidato.
2. Só poderão ser eleitos titulares dos órgãos distritais, os militantes cuja filiação até à data do acto eleitoral seja superior a seis meses.
3. A Mesa da Assembleia Distrital é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Secretários.
4. O Secretariado Distrital é composto por um número de 7 a 11 membros efetivos, eleitos por lista completa em Assembleia Distrital, sendo os quatro primeiros nomes, respetivamente Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e Tesoureiro.
5. As candidaturas são propostas por 20 militantes ou 5% dos membros da Assembleia Distrital.
6. As candidaturas são acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.
7. Nenhum militante pode aceitar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.
8. Para que uma lista se considere completa, deverá conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos, o número mínimo de suplentes deverá ser de 1/3 dos efetivos, sendo que em nenhuma circunstância o número de suplentes poderá exceder o de efectivos.
9. A eleição dos Órgãos Distritais tem como universo eleitoral os militantes inscritos à data do último Congresso ordinário.



CONVOCATÓRIA

**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/COIMBRA
DIA 6.JUNHO.2014**

Nos termos do nº 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Coimbra, para a Assembleia Distrital dos TSD/COIMBRA que se realiza no dia **6 de Junho**, das **18H30 às 21H00**, com mesas de voto a funcionar nos locais abaixo indicados e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único ▪ **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

- a) Mesa da Assembleia Distrital**
- b) Secretariado Distrital**

MESA DE VOTO	HORÁRIO FUNCIONAMENTO DAS URNAS	LOCALIZAÇÃO DAS URNAS
COIMBRA	19H00 às 21H00	Sede Distrital Coimbra – Rua Lourenço Almeida de Azevedo, nº 16 – Votam os militantes dos concelhos de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares
FIGUEIRA DA FOZ	19H00 às 21H00	Sede Concelhia da Figueira da Foz – Rua da Liberdade, nº 6 – Votam os militantes do concelho da Figueira da Foz

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Pe'l'O Secretariado Nacional

Pedro Roque
(Secretário-Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **30 de Maio de 2014**, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º, em Lisboa.

Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º 1200-625 LISBOA
Tel: 213955090-918920550-924195834 Fax: 213967080
Email: tsdnacional@gmail.com Site: www.tsdnacional.org



CONVOCATÓRIA

**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/FARO
DIA 30.MAIO.2014**

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Faro, para a Assembleia Distrital dos TSD/FARO, que se realiza no dia **30 de Maio**, das **20H00 às 22H00**, com **2 mesas de voto a funcionar nos locais seguintes:**

MESA	MORADA	VOTANTES
Faro	Rua Projectada à Rua de S. Luís, nº 1	Votam os militantes dos concelhos de Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves e Vila do Bispo
Olhão	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 – R/C Dtº	Votam os militantes dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único ▪ **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**
a) Mesa da Assembleia Distrital
b) Secretariado Distrital

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Pel'O Secretariado Nacional

Pedro Roque
(Secretário-Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **23 de Maio de 2014**, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º, em Lisboa.

Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º 1200-625 LISBOA
 Tel: 213955090-918920550-924195834 Fax: 213967080
 Email: tsdnacional@gmail.com Site: www.tsdnacional.org



CONVOCATÓRIA

**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/LEIRIA
DIA 6.JUNHO.2014**

Nos termos do nº 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Leiria, para a Assembleia Distrital dos TSD/LEIRIA, que se realiza no dia **6 de Junho**, das **18H00 às 20H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Leiria**, sita na Av. Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único ▪ **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

- a) Mesa da Assembleia Distrital**
- b) Secretariado Distrital**

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Pe'l'O Secretariado Nacional

Pedro Roque
(Secretário-Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **30 de Maio de 2014**, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º, em Lisboa.



CONVOCATÓRIA

**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/PORTO
DIA 5.JUNHO.2014**

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, para a Assembleia Distrital dos TSD/PORTO, que se realiza no dia **5 de Junho**, das **17H00 às 21H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital do Porto**, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único ▪ **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**
a) Mesa da Assembleia Distrital
b) Secretariado Distrital

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Pel'O Secretariado Nacional

Pedro Roque
(Secretário-Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **29 de Maio de 2014**, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Buenos Aires, n.º 28 – 2.º, em Lisboa.